

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E DIREITO À APRENDIZAGEM

Claudete Vieira do Nascimento Amaral¹
Márcio Wendel Santana Coêlho²

RESUMO

Este artigo vem apresentar uma discussão com o tema: O Processo de Alfabetização e o direito à aprendizagem. A prática de aprendizagem de leitura e escrita de professores que atuam nas séries iniciais, bem como estudos que buscam respostas às inquietações que o tema aborda. Baseado em fontes bibliográficas, traz um olhar mais amplo à compreensão da alfabetização num âmbito maior e mais profundo no aspecto educacional e social. Para tanto, foi adotado um enfoque epistemológico qualitativo embasado em alguns teóricos: CAGLIARI (1998), FERREIRO (2001), FRADE (2005), SOARES (2004). A relevância desse estudo oportunizará uma mudança de postura em relação a resultados frustrados, levando em conta a criança como principal sujeito do conhecimento, capaz de ir além através de educação centrada numa aprendizagem significativa escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Prática Pedagógica. Leitura e Escrita.

ABSTRACT

This article presents a discussion with the theme: The Literacy Process and the right to learning. The practice of learning to read and write from teachers who work in the initial grades, as well as studies that seek answers to the concerns that the topic addresses. Based on bibliographic sources, it brings a broader look to the understanding of literacy in a bigger and deeper scope in the educational and social aspect. For that, a qualitative epistemological approach adopted based on some theorists: CAGLIARI (1998), FERREIRO (2001), FRADE (2005), SOARES (2004). The relevance of this study will enable a change in attitude towards frustrated results, taking into account the child as the main subject of knowledge, capable of going beyond through education centered on meaningful school learning.

KEYWORDS: Literacy. Pedagogical Practice. Reading and Writing.

¹Mestre em Ciências da Educação. Especialista Educação Infantil. Licenciada em Pedagogia. E-mail: j-clau-j-n@gmail.com

²Pós Doutor em Neuropsicologia Clínica Hospitalar. Doutor em Ciências da Saúde & Psicanálise Clínica. Doutor em Ciências da Educação. Mestre em Ciências da Educação. Licenciado em Pedagogia. Licenciado em Ciências Biológicas. Especialista em Gestão Escolar com Ênfase em Psicologia Escolar. Especialista em Pedagogia Hospitalar. Pós graduado em Psicopedagogia Clínica Hospitalar. E-mail: doutorwendel2015@gmail.com

RESUMEN

Este artículo presenta una discusión con el tema: El proceso de alfabetización y el derecho al aprendizaje. La práctica de aprender a leer y escribir de los profesores que trabajan en los grados iniciales, así como estudios que buscan respuestas a las inquietudes que aborda el tema. A partir de fuentes bibliográficas, aporta una mirada más amplia a la comprensión de la alfabetización en un ámbito más amplio y profundo en el aspecto educativo y social. Para ello, se adoptó un enfoque epistemológico cualitativo basado en algunos teóricos: CAGLIARI (1998), FERREIRO (2001), FRADE (2005), SOARES (2004). La relevancia de este estudio permitirá un cambio de actitud hacia los resultados frustrados, teniendo en cuenta al niño como sujeto principal de conocimiento, capaz de avanzar en una educación centrada en el aprendizaje escolar significativo.

PALABRAS CLAVE: Literatura. Práctica Pedagógica. Leyendo y Escribiendo.

1. INTRODUÇÃO

Numa sociedade onde ler e escrever representa poder, aos que não sabem interpretar um texto ou mesmo escrever suas ideias resta ser subalternizados. Discorrer sobre analfabetismo, seja ele produzido no interior das escolas ou fora delas, é o mesmo que discorrer sobre injustiça social. É também denunciar as injustiças que produzem a desigualdade, pois não se pode cruzar os braços.

Alfabetizar a todos continua a ser um projeto e um desafio. Um desafio não somente dos educadores, mas é um desafio coletivo. Ou pelo menos deveria ser. Por que como não indignar-se com cerca de 115 milhões de analfabetos? Talvez porque estão esquecidos atrás desses números nomes: Alessandras, Hélios, Luiz, Ingrids, Crisleides, Eloanes, Eduardos, Joãos... Os números escondem pessoas que possuem sonhos e vontades, ou seja, sujeitos reais.

Por isso, é necessário refletir criticamente e de maneira coletiva sobre as consequências sociais, culturais e políticas na vida dessas pessoas que passam pela escola e saem sem sequer saber ler e escrever ao final do tempo obrigatório da escolaridade.

Deste modo, este artigo trata do processo de alfabetização, no que diz respeito aos desafios encontrados no estabelecimento da relação entre a teoria e a prática. A relevância desse estudo representa uma possibilidade de discutir sobre os elementos que dificultam o processo de alfabetização, bem como apresentar novas informações que poderiam contribuir para uma prática bem-sucedida no ensino da escrita e da leitura nos anos iniciais.

2. MÉTODOS

A busca por autores como base do conhecimento proporciona caminhos para responder e discutir o tema descrito nesse artigo. Para tanto, autores como Cagliari (1998), Emilia Ferreiro (2001), Frade (2005), Soares (2004) trazem contribuições científicas relacionados a temática, além de justificar sua relevância.

Partindo desse pressuposto, pautado pelos princípios da abordagem qualitativa, utiliza-se de estudo bibliográfico por apresentar um referencial teórico que discute a alfabetização como direito obrigatório para as crianças, jovens ou adultos.

Tal abordagem permite analisar o conjunto de práticas de ensino que envolve o sistema de alfabetização em torno da leitura e da escrita, as quais oportunizam a efetivação no processo de aprendizagem.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO

As intensas mudanças no processo de alfabetização das crianças vêm trazendo um novo olhar no processo educacional. Transformações na organização escolar relativas ao ingresso de crianças na Educação Básica desafiaram os educadores a estabelecer novas concepções do que se espera da escola nos anos iniciais de escolarização.

A educação é direito garantido a todos os brasileiros, seja criança, adolescente, jovem ou adulta, conforme prevê a Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Básica “[...] tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, p.02).

Deste modo, aprender ler e escrever é uma das premissas educacional. Alfabetizar as crianças nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental é direito garantido pelas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017), com prazo limite o 2º ano para que as crianças possam para se apropriar da escrita.

Porém, alfabetização não é apenas ler e escrever, é estar inserido na cultura letrada conquistando de sua autonomia e sua inserção social, isto é, permitir a “ampliação de seu universo de referências culturais, nas diferentes áreas do conhecimento” (BRASIL, 2007, p.17). Estar alfabetizado é,

ser capaz de interagir por meio de textos escritos em diferentes situações. Significa ler e produzir textos para atender a diferentes propósitos. A criança alfabetizada compreende o sistema alfabético de escrita, sendo capaz de ler e escrever, com autonomia, textos de circulação social que tratem de temáticas familiares ao aprendiz (BRASIL, 2007, p. 16).

O desafio, nesse contexto, é para os professores que atuam nos primeiros anos de escolarização: assegurar aos alunos tanto a apropriação do sistema alfabético-ortográfico, quanto o domínio das práticas de leitura e escrita socialmente relevantes. Embora muitos professores desconsiderem as expectativas socialmente estabelecidas para o ensino da linguagem escrita na escola.

Ferreiro (1996, p.24) assegura que “o desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças”. Assim, alfabetizar vai além da decodificar e codificar da escrita. A autora afirma que os educadores costumam resumir o processo de alfabetização como sinônimo de uma técnica. O que é para ela um erro, pois desvalorizam o conhecimento trazido pelas

crianças. Então, apresenta propostas fundamentais sobre o processo inicial da alfabetização:

Restituir a língua escrita seu caráter de objeto social; Desde o início (inclusive na pré-escola) se aceita que todos na escola podem produzir e interpretar escritas, cada qual em seu nível; Permite-se e estimula-se que a criança tenha interação com a língua escrita, nos mais variados contextos; Permite-se o acesso o quanto antes possível à escrita do nome próprio; Não se supervaloriza a criança, supondo que de imediato compreendera a relação entre a escrita e a linguagem. Não se pode imediatamente, ocorrer correção gráfica nem correção ortográfica (FERREIRO, 1999, p.44-47).

Incluir a criança no processo da escrita a partir do conhecimento trazido de casa é a premissa no período de alfabetização. Ferreiro (1999) lembra que algumas crianças já chegam sabendo para que serve a escrita e terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar bem antes, possibilitando de interagir com a língua escrita. Por outro lado, há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se dela. Portanto, não podemos atribuir à escola como único espaço formativo.

Portanto, será necessário que a escola determine o que precisa ensinar, com uso de metodologias e propostas pedagógicas adequadas, tendo em vista os conhecimentos, as capacidades e as habilidades referentes à alfabetização de cada etapa da escolarização, oportunizando aprendizado para todos.

Contudo, para que a escola possa contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, é fundamental que se conscientizem principalmente os professores alfabetizadores, de que todas as crianças são capazes de aprender. Logo, é responsabilidade dos educadores, assegurar a essas crianças acesso e domínio da leitura e da escrita. Ferreiro (1999) assevera que as crianças são facilmente alfabetizáveis, no entanto são os adultos que dificultam o processo de alfabetização delas.

Garantir a alfabetização das crianças, como previsto em lei, perpassa por alguns entraves. O primeiro, tão polemizado pelos diretores, coordenadores e professores, os altos índices de alunos de com dificuldades de aprendizagem nas escolas que vão avançando a cada etapa sem saber ler e escrever produtivamente. O segundo são os ritmos de aprendizagem diversos, deste modo o processo depende das particularidades de cada criança.

Nesse contexto, o papel do professor pode ser decisivo. A ele compete desenvolver propostas metodológicas e pedagógicas que considere as especificidades de cada aluno, garantindo, portanto, um ensino de qualidade e mais igualitário. Contudo, a função da escola não é apenas alfabetizar, mas desenvolver os

conhecimentos, contemplando os diversos tipos de linguagem, além de favorecer a construção de uma educação letrada e cidadã ao aluno.

3.1 O que é alfabetizar?

O tema alfabetização ganhou centralidade nas últimas décadas e uma pergunta permeia as discussões. Como deve ser o processo de ensino e aprendizagem de leitura e a escrita? Por muito tempo, presumiam que ensinar ler e escrever era responsabilidade somente da escola e que a escolha do método era o cerne para alfabetização dos estudantes. Acreditou-se que a escolha adequada era a solução para as dificuldades encontradas no percurso escolar. Nesse contexto, as discussões sobre o assunto vêm crescendo, fazendo-se necessário retomar algumas considerações a respeito da alfabetização no Brasil.

A alfabetização, de acordo Mortatti (2006), ganhou destaque no século XIX. A marca desse período era a metodologia centrada na dificuldade de leitura e escrita das crianças. Ganhou maior ênfase no Período Republicano. “Saber ler e escrever se tornou instrumento privilegiado de aquisição de saber/esclarecimento e imperativo da modernização e desenvolvimento social” (MORTATTI, 2006, p. 2).

O ensino, ainda restrito a elite brasileira, tornou-se gratuito. Deste modo, fez-se necessário um ensino “organizado, sistemático e intencional” exigindo a capacitação desses profissionais especializados (MORTATTI, 2006, p. 3).

A busca por soluções aos problemas educacionais, buscando o fim do fracasso escolar na alfabetização, é o foco de muitos estudiosos e educadores. De acordo Emília Ferreira (2001, p. 9), “a alfabetização inicial é considerada em função do método utilizado e o estado de “maturidade” ou de “prontidão” das crianças”, ou seja, os problemas estavam centrados em quem ensina e em quem aprende. Vale dizer, que a solução estava no método de alfabetização.

A validade do método partia dos mais revolucionários ao mais tradicional. Então, para Soares (2004) a alfabetização, até então, era vista como aprendizagem convencional da escrita. Buscar o melhor método poderia assegurar a aprendizagem do sistema alfabético e ortográfico da escrita. Até meados dos anos 80, o domínio do sistema de escrita era pré-requisito para o desenvolvimento das capacidades de uso da leitura e da escrita, “isto é, primeiro, aprender a ler e a escrever [...] para só depois de vencida essa etapa [...] ler textos, livros, escrever histórias, cartas, etc” (SOARES, 2004, p. 98).

Nos anos 90, introduziu-se no Brasil o pensamento construtivista sobre alfabetização, resultante de pesquisas de Emília Ferreira e outros participantes. A

inserção dos estudos construtivistas na escola representou um avanço para a alfabetização. Isto porque a psicogênese da língua escrita compreendia a escrita não apenas como mera decifração de um código, um ato mecânico, como pensavam os adeptos dos métodos tradicionais de alfabetização, mas como algo que transcende os muros da escola.

Nesse contexto, o centro deixa de ser o método e passa ser o processo de aprendizagem do estudante. A alfabetização deixou de ser uma codificação (escrever) e decodificação (ler) como previa o tradicionalismo. Soares (2004, p. 98) esclarece que o construtivismo “alterou fundamentalmente a concepção do processo de aprendizagem e apagou a distinção entre aprendizagem do sistema de escrita e práticas efetivas de leitura e de escrita”. Essa transformação oportunizou compreender com as crianças constroem o conceito sobre o sistema e as práticas de leitura e escrita.

Entretanto, os educadores compreenderam de forma equivocada como esse processo de alfabetização se desenvolveria de modo mais adequado. Entender a interação dos alunos com práticas e materiais reais na leitura e escrita fez com que professores desprezassem a importância de um ensino sistemático da aprendizagem inicial da língua escrita. Além disso, foram levados a pensar que a criança seria capaz de aprender de maneira natural, desde que estivesse inserido em um contexto variado de leitura e escrita, ou seja, “através de atividades de letramento, prevalecendo, pois, estas sobre as atividades de alfabetização” (SOARES, 2004, p. 98).

Embora tenha contribuído significativamente na área da educacional, também conduziu a perda da especificidade do processo de alfabetização. Isso porque o processo de construção do sistema de escrita da criança se sobrepôs ao ensino convencional linguístico, “privilegiando a faceta psicológica da alfabetização, obscureceu-se sua faceta linguística – fonética e fonologia” (SOARES, 2004, p. 11).

Nesta perspectiva, a alfabetização dar-se-ia através de uma profunda imersão das crianças nas práticas sociais de leitura e escrita, descartando-se qualquer tipo de atividade didática que não estivessem vinculadas a essas práticas. Tão-somente o contato com textos que circulam na sociedade não é garantia que os estudantes se apropriem da escrita alfabética, pois essa aprendizagem não é espontânea, necessitando que a criança reflita sobre as características do nosso sistema de escrita.

Por outro lado, o construtivismo, levou a compreender que os métodos de alfabetização no modelo descrito eram incompatíveis com a nova concepção, ou seja, eram considerados tradicionais, e assim deveriam ser descartados.

Deste modo, independente da prática adotada, é preciso garantir o direito de aprender de todas as crianças.

3.2 A Prática Pedagógica do professor alfabetizador

O ensino da língua tem passado por radicais mudanças nas práticas pedagógicas, além de ter sido foco de investigação nas últimas décadas. Pela complexidade do assunto e aos diferentes olhares reflexivos sobre o tema, torna-se necessário falar do papel do professor na sua prática pedagógica no contexto escolar perante as demandas da sociedade contemporânea.

Durante um grande período, concedeu prioridade às perspectivas tradicionais e conservadoras de ensino nas salas de aula, embora alguns teóricos apresentem a importância de romper com esse modelo, por vezes criticado. No entanto, ainda há docentes que são fortemente influenciados por este paradigma pautado num ato mecânico na reprodução do conhecimento.

Os professores alfabetizadores devem buscar práticas pedagógicas que oportunizem alfabetizar as crianças, o principal objetivo do trabalho escolar. Cagliari (1998, p.104) destaca que “a alfabetização é uma das coisas mais importantes que as pessoas fazem na escola e na vida. Os esforços devem estar voltados para isso”. Então o educador deve ter clareza do seu papel de alfabetizador.

Russo (2012, p. 28) relata que com as constantes mudanças e reformulações nas teorias e práticas, servem de ponto de partida para se obter o objetivo comum – “possibilitar o aprendizado e educar com qualidade”. Para isso é necessário rever suas práticas e pensar no aluno em um ser quer que aprende.

Nesse contexto, para realizar um ensino e aprendizagem da leitura e escrita de qualidade, fora do método do “ba-be-bi-bo-bu” (CAGLIARI, 2009, p. 104) é preciso ser feito, o autor chama de uma faxina: “jogar fora uma série de atividades que nada tem a ver com os objetivos, tornando o trabalho mais simples e mais tranquilo tanto para o professor como para o aluno”. O autor relata ainda que para o ensino da leitura e escrita só se aprende lendo e escrevendo, por isso prática deve centrar nesse objetivo e ter prioridades.

Brincar, cantar, contar histórias, recortar, colar, desenhar, etc. sem dúvida são atividades escolares. Mas isso não é ensinar a ler nem a escrever. Aprende-se a ler e a escrever, lendo e escrevendo, e não pulando corda e fazendo festa. Tem hora para aprender a ler e escrever e tem hora para brincar. Juntar essas duas coisas o tempo todo é uma loucura pedagógica: tira a seriedade da formação escolar e introduz uma leviandade nos trabalhos. Brincar é imprescindível, mas deve ter seu valor claramente estabelecido para todos. (p.104)

A didática adotada pelo educador define como a criança introduz a leitura e a escrita, pois nenhuma prática é totalmente neutra. Ferreiro (2001) afirma que estão pautadas em como cada um compreende o processo de aprendizagem. Complementa ainda, que são essas práticas determinam a aprendizagem da escrita, muito mais que os métodos utilizados, pois não oferecem mais do que sugestões e não cria conhecimento.

Na concepção de Ferreiro o correto seria se perguntar, “através de que tipo de prática a criança é introduzida na linguagem escrita, e como se apresenta esse objeto no contexto escolar” (2001, p.30). Já que existem práticas que levam a criança às convicções de que o conhecimento é algo que os outros possuem deixando de ser participante da construção. Outras levam a pensar que aquilo que existe para conhecer já foi estabelecido e que não pode se modificar. Há por fim, práticas que leva a criança a participar apenas como espectador ou receptor daquilo que o professor ensina.

Deste modo, o professor precisa conhecer devidamente os aspectos da escrita e da leitura. As práticas alfabetizadoras, para sejam propostas mais significativas e bem-sucedidas há necessidade do reconhecimento da especificidade da alfabetização.

O que se propõe é, em primeiro lugar, a necessidade do reconhecimento da especificidade da alfabetização, entendida como processo de aquisição e apropriação do sistema da escrita, alfabético e ortográfico; em segundo lugar, e como decorrência, a importância de que a alfabetização se desenvolva em um contexto de letramento – entendido este, no que se refere à etapa inicial da aprendizagem da escrita, como participação em eventos variados de leitura e escrita, e o consequente desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, e de atitudes positivas em relação a essas práticas. (SOARES, 2004, p.16).

Tendo em vista o processo de alfabetização como um ato político, voltado para a formação de leitores e escritores, faz-se necessário pensar em práticas pedagógicas coerentes com essa visão, esboçando atividades que promovam espaços para a reflexão sobre a língua, para a vivência com diferentes tipos de texto, suas formas, usos e funções sociais. Para tanto, é preciso não ter restrições com a atividade de leitura e escrita na escola. E isso exige a abertura de espaços mais contextualizados, criativos e dialógicos na escola.

Certamente, o fracasso da alfabetização não se deve aos métodos, mas pela ausência de preparação e formação dos professores em adequar o melhor método às necessidades dos alunos. A esse respeito, Cagliari (2009) nos assegura:

Como as escolas de formação de professores para o magistério, guiadas por estranhas ideias oriundas das faculdades de educação, não conseguem dar a formação necessária para os professores, os órgãos públicos encarregados da educação passaram a dar periodicamente “pacotes educacionais”, de acordo com os modismos da época. (...) os professores, atormentados com tantas mudanças, vítimas da própria incompetência, foram experimentando todos os “pacotes” (p. 33).

No período contemporâneo, os educadores do ciclo de alfabetização passaram por um momento de adaptação novo modelo de sociedade, e conseqüentemente vivenciar um novo modelo de ensino e de aprendizagem. A alfabetização das crianças deve ocorrer até o segundo ano do ensino fundamental, com o objetivo de garantir o direito fundamental de aprender a ler e escrever.

Essa nova organização escolar trouxe novos desafios a prática pedagógica, pois é necessário repensar os espaços e tempos pedagógicos de modo assegurar a cada criança com diferentes níveis de conhecimentos o direito a aprendizagem significativa. Desse modo, a complexidade da prática docente deve ser analisada de forma crítica a fim de aprimorar e qualificar a prática pedagógica.

A partir desse princípio, é clara a importância da formação profissional, seja ela inicial ou continuada, para o acesso aos saberes da profissão. Em especial os professores alfabetizadores requerem contemplar a relação teórica e prática, as demandas do trabalho docentes e a reflexão do saber fazer.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A habilidade de leitura e escrita pode ocorrer antes de serem inseridas no ambiente escolar, principalmente quando o contexto familiar incentiva a criança nesse processo. Por outro lado, há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se dela, por atribuir à escola como um espaço formativo.

Ensinar as crianças a ler, escrever e a se expressar de maneira competente é o grande desafio dos professores, uma vez as novas demandas e necessidades no campo da alfabetização vem ampliando consideravelmente. Por isso, requer do professor um esforço e dedicação para atuar nas classes de alfabetização, embora a falta de condições adequadas de trabalho acaba dificultando o processo de aprendizagem da linguagem.

Contudo, é fundamental que os professores alfabetizadores se conscientizem de que todas as crianças são capazes de aprender. Nesse contexto, o papel do professor pode ser decisivo. A ele compete desenvolver propostas metodológicas e pedagógicas que considere as especificidades de cada aluno, garantindo, portanto,

um ensino de qualidade e mais igualitário. E isso exige a abertura de espaços mais contextualizados, criativos e dialógicos na escola.

Assim, a relevância desse estudo representa uma possibilidade de discutir sobre os elementos que facilitam/dificultam o processo de alfabetização, bem como apresentar novas informações que podem contribuir para uma prática bem-sucedida no ensino da escrita e da leitura nos anos iniciais.

5. REFERÊNCIAS

AMARAL, Claudete Vieira do Nascimento. O Processo de Alfabetização dos Alunos do 1º do 3º Ano do Ensino Fundamental I da Escola Municipal Dr. Eduardo Martini em Serra Do Ramalho - Ba. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação – Faculdade Interamericana de Ciências Sociais, na Cidade de Assunção - Paraguai, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96. Brasília. BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Ministério das Comunicações, 1996.

BRASIL. Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa. Ministério da Educação: Governo Federal, 2007. Disponível em: http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/pacto_livreto.pdf. Acesso em: 07/04/2021.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CAGLIARI, L. C. Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu. São Paulo: Scipione, 2009

FERREIRO, Emilia. Alfabetização em Processo. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Com Todas as Letras. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Reflexões sobre alfabetização. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MORTTATI, Maria do Rosário Longo. História dos Métodos de Alfabetização no Brasil. Conferência proferida durante o Seminário Alfabetização e Letramento em debate, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27/04/2006.

SOARES, M. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. Revista Pátio – Revista Pedagógica de 29 de fevereiro de 2004, Artmed Editora.

_____. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Anual da ANPED, Minas Gerais, 2004.